

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Curso Mestrado em Direito e Prática Jurídica 2025/2026 1.º Semestre TAN

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Processual do Trabalho

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 196
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Sónia Santos Viana, Professora Auxiliar – 2 horas semanais

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Objetivos Gerais: aquisição e aprofundamento dos conhecimentos e reforço de aptidões essenciais:

- a) à compreensão da temática e da fenomenologia do Direito Processual do Trabalho.
- b) à análise e estudo do regime do Código do Processo do Trabalho.
- c) ao exercício de profissões forenses e de áreas análogas.

Objetivos Específicos: a) conhecimento teórico e prático das problemáticas relacionadas com a interpretação e aplicação do Direito Processual do Trabalho; b) interpretação e aplicação do Código do Processo do Trabalho; b) criação de um juízo autónomo crítico sobre a previsão legal e a sua implementação prática, viabilizando uma atuação em contexto profissional correlacionado e a formulação de um juízo crítico sobre as vantagens e desvantagens de determinada atuação judicial.

Competências: capacidade para, do ponto de vista teórico e prático:

- a) conhecer as principais questões que se colocam em tema de Processo do Trabalho.
- b) identificar num caso prático um assunto relativo ao tema do Direito Processual do Trabalho
- c) proceder ao respetivo enquadramento jurídico.
- d) comunicar as conclusões, conhecimentos e raciocínios a estas subjacentes, de forma clara e assertiva.
- e) aplicar os conhecimentos, e a capacidade de compreensão e de resolução de problemas, em situações novas e não familiares e em contextos alargados e multidisciplinares.
- f) ponderar as várias apreciações jurídicas possíveis, mesmo em situações de informação limitada ou incompleta.
- g) avaliar os riscos e impactos negativos e propor a solução legal aplicável mais adequada ao caso concreto.

6. Conteúdos programáticos:

Programa (abreviado):

Capítulo I – Introdução à justiça laboral

§1. A justiça laboral enquanto sistema processual

- 1. Conflitos e litígios laborais
- 2. Meios de resolução dos litígios laborais
- 3. Decisões estruturais e sistema processual laboral

Capítulo II – Direito processual laboral

§2. Características e autonomia do direito processual do trabalho

§3. Fontes

§4. Sistemas europeus de justiça laboral



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Capítulo III – Elementos do sistema processual laboral

§5. Âmbito de aplicação do processo do trabalho

1. Premissas
2. A organização judiciária do trabalho
3. Processo do trabalho internacional

§6. Meios extrajudiciais de resolução de litígios laborais

1. Tipos de conflitos e meios de resolução extrajudicial
2. A resolução extrajudicial de conflitos individuais
3. Resolução extrajudicial de conflitos coletivos; conciliação, mediação e arbitragem

§7. Contraordenação laborais. Procedimentos e processo de impugnação.

1. Âmbito e competência
2. Fase administrativa
3. Fase judicial

§8. Contencioso administrativo laboral

Capítulo IV – Processo do trabalho

§9. As regras aplicáveis ao processo do trabalho

§10. Especificidades dos pressupostos processuais

1. Generalidades
2. Capacidade judiciária
3. Patrocínio judiciário
4. Legitimidade
5. Competência

§11. Singularidades dos atos processuais laborais e da instância laboral

1. Dos atos processuais
2. Da instância processual laboral
- §12. Composição provisória da lide

1. Procedimentos cautelares laborais
2. Procedimentos cautelares laborais oficiosos: em especial a suspensão do despedimento
3. Procedimentos cautelares especificados previstos no CPC aplicáveis no processo do trabalho

§13. Formas do processo declarativo

§14. Processo declarativo comum

1. Considerações gerais
2. Articulados
3. Gestão processual e atos específicos de instrução
4. Audiência final e sentença

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os objetivos da unidade curricular correspondem ao aprofundamento do conhecimento e da capacidade de análise do conteúdo programático, por via da implementação das metodologias de ensino.

8. Metodologias de ensino:

As aulas teórico-práticas articulam: a) a inicial exposição das matérias teóricas, ancorada num plano dinâmico de referências jurisprudenciais e casos práticos; b) a essencial participação ativa dos alunos, promovida pelas questões colocadas e pelo interesse dos materiais disponibilizados, e concretizada na apresentação oral de trabalhos, sujeita a debate final. As primeiras aulas serão ministradas pela docente e cobrem as matérias essenciais do programa. Nas aulas seguintes, os alunos fazem uma apresentação oral sobre um dos temas facultados pela docente, com envio prévio de programa e bibliografia, seguida de debate.

Os elementos de trabalho são disponibilizados aos alunos e incluem: a) programa detalhado; b) bibliografia sugerida; c) lista de temas para as apresentações orais; d) regras de apresentação e de avaliação das apresentações orais; e) agendamento das aulas e das apresentações.

9. Avaliação:

A avaliação segue o disposto no Regulamento de Avaliação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em vigor.

A classificação é constituída pelos seguintes elementos:

1. Nota de avaliação contínua: 50%



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- a) Assiduidade: 10% (a aprovação na disciplina fica excluída se faltarem injustificadamente a mais de 25% das aulas)
b) Participação nas aulas: 10%
c) Apresentação oral: 30%
2. Exame final: 50%

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Os objetivos de aprendizagem da unidade curricular, que se referem a uma formação teórico-prática com especialização e desenvolvimento sobre o conteúdo programático, adequam-se às metodologias de ensino aplicadas de acordo com o regulamento de avaliação.

A exposição dinâmica e participada da parte inicial do programa, visa o domínio dos conceitos jurídicos sobre Direito Processual do Trabalho, e orienta o estudo individual da temática, que é incentivado durante as aulas e posto à prova nas discussões sobre questões levadas a debate pelo docente ou suscitadas pelos alunos, desenvolvendo a capacidade de subsumção de práticas concretas às regras pertinentes.

11. Bibliografia principal:

- ALEXANDRE, Isabel, Princípios Gerais de Processo do Trabalho, in Estudos do IDT, III, 2002, 389 ss.
BAPTISTA, Albino Mendes, Temas de Direito do Trabalho e de Direito Processual do Trabalho, Livraria Petrony, 2008.
BRITO, Pedro Madeira de, O novo princípio da adequação formal, in Aspectos do novo processo civil, Lisboa, 1997, 31-69.
- A tramitação do processo declarativo comum no Código de Processo do Trabalho, in Estudos do IDT, III, 2002, 443-471.
- A superação do princípio da filiação na contratação coletiva especial do setor público, in Direito e Justiça, 3, Estudos dedicados ao Professor Doutor Bernardo da Gama Lobo Xavier, 2015.
- Incidências do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho em especial no processo declarativo comum, in Estudos da Apodit 2 - O novo Código do Processo Civil e o Processo do Trabalho, 2016, 23-38.
- Contrato de trabalho da Administração Pública e sistema de fontes, Lisboa, 2019.
CORDEIRO, António Menezes, Manual de Direito do Trabalho, Almedina, 1991
- Direito do Trabalho, I - Direito europeu. Dogmática geral. Direito Coletivo, Almedina, 2018.
- Direito do Trabalho, II - Direito individual, Almedina, 2019.
CORREIA, João, PEREIRA, Albertina, Código de Processo do Trabalho - Anotado à Luz da Reforma do Processo Civil, Almedina, 2018.
DOMINGOS, Maria Adelaide, Procedimentos Cautelares Laborais, in Estudos do IDT, V - Jornadas de Direito Processual do Trabalho, 2007, 37-58.
FERNANDES, António Monteiro, Direito do Trabalho, 22.ª edição, Almedina, 2023.
FERREIRA, Alberto Leite, Código de Processo do Trabalho - Anotado, Coimbra E., 1996.
GOMES, Júlio Vieira, Direito do Trabalho, I, Coimbra Ed., 2007.
LEITÃO, Luís Menezes, Direito do Trabalho, 8.ª edição, Almedina, 2023.
LOPES-CARDOSO, Álvaro, Manual de Processo do Trabalho, I, Lisboa, 2000.
MARTINEZ, Pedro Romano, Direito do Trabalho, 11.ª edição, Almedina, 2023.
- O Novo Código de Processo do Trabalho. Uma Reforma necessária, in Estudos do IDT, Volume VI, 2012, 11ss.
MARTINEZ, Pedro Romano et. al, Código do Trabalho Anotado, 13.ª ed., Almedina, 2020.
MARTINS, Alcides, Direito do processo laboral: uma síntese e algumas questões, 3.ª edição, Almedina, 2018.
MARTINS, José Joaquim F. Oliveira - Código do Processo do Trabalho Anotado e Comentado, Coimbra, 2020.
NETO, Abílio - Código de Processo do Trabalho, 5.ª ed, Lisboa, 2011.
PEREIRA, Albertina Aveiro - Jurisdição Laboral, Minerva: Revista de Estudos Laborais, 2003, 3, 19-30.
PINHEIRO, Paulo Sousa, Curso de Direito Processual do Trabalho, Coimbra, 2020.
RAMALHO, Maria do Rosário Palma, Tratado de Direito do Trabalho, I - Dogmática Geral, 5.ª edição, Almedina, 2020.
- Tratado de Direito do Trabalho, II - Situações Laborais Individuais, 9.ª ed., Almedina, 2023.
- Tratado de Direito do Trabalho, III - Situações Laborais Colectivas, 4.ª ed., Almedina, 2023.
- Tem o Direito Processual do Trabalho Princípios Próprios?, in Estudos da Apodit 2, 2016, 13-22.
- Processo do Trabalho: Autonomia ou Especialidade em relação ao Processo Civil, in Estudos do IDT, VI, 2012, 21ss.
RAMALHO, Maria do Rosário Palma, MOREIRA, Teresa Coelho (Org.), O Novo Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho, Lisboa, AAFDL, 2016.
REIS, João Pena dos, PEREIRA, Albertina, REIS, Viriato, RAVARA Diogo - Caderno IV - O novo Processo Civil - Impactos do Novo CPC no Processo do Trabalho, 2.ª ed, Cadernos do CEJ, 2014.
XAVIER, Bernardo Lobo et.al, Manual de Direito do Trabalho, 3.ª ed., Rei dos Livros, 2018.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

VASCONCELOS, Joana, Direito Processual do Trabalho, 2.^a edição, UC Ed., 2022.

- Comentário aos artigos 98.^o-B a 98.^o-P do Código de Processo do Trabalho. Processo especial para impugnação da regularidade e licitude do despedimento, Lisboa, UC Ed., 2015.

VENTURA, Raúl, Princípios Gerais de Direito Processual do Trabalho, in Curso de Direito Processual do Trabalho, Suplemento da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1964, 34ss.

12. Observações:

N/A